



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

## TERMO DE REFERÊNCIA

**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**[Termo de Referência Compras](#)**

### LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 0005090-22.2024.4.01.8006)

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais e medicamentos de utilização no consultório odontológico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMA	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
	CLOREXIDINA 2% - SOLUÇÃO A BASE DE GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 2%. INDICADO PARA PREPARAÇÃO DE MUCOSAS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E ANTISSEPÇÃO EXTRABUCAL.					

01	EMBALAGEM COM 100 ML. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: FGM OU SIMILARES COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	30.09.02800944051		UN	R\$ 3,66	R\$ 7,32
02	ÁGUA OXIGENADA VOLUME 10 - PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 3%, EMBALAGEM COM 1LITRO. COM REGISTRO NA ANVISA	30.09.02800957319		UN	R\$ 5,51	R\$ 5,51
	CLOREXIDINA 0,12% - SOLUÇÃO A BASE DE GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12%. EXCIPIENTE: COLOFÔNIA, ETILCELULOSE, BÁLSAMO DE TOLÚ, CERA DE				R\$ 27,78	R\$ 138,90

03	ABELHA, 30.09.02800961174 TOLUENOSULFONAMIDA, VANILINA, SACARINA, ÁLCOOL ABSOLUTO. SOLVENTE: ÁLCOOL ETÍLICO. EMBALAGEM COM 1 LITRO. COM REGISTRO NA ANVISA				UN		
04	CORANTE FOTO ABSORVEDOR AZUL DE METILENO - APRESENTAÇÃO LÍQUIDA DE AZUL DE METILENO NA CONCENTRAÇÃO DE 0.01%. COMPOSIÇÃO ÁGUA PURIFICADA E AZUL DE METILENO. EMBALAGEM CONTENDO 10 SERINGAS DE 1 ML CADA. REGISTRO NA ANVISA	30.09.02800929774			UN	R\$ 154,74	R\$ 773,70
	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% -						

05	ESTÉRIL EM FRASCOS DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, CONTENDO CLORETO DE SÓDIO 0,9% + ÁGUA PARA INJEÇÃO 1ML. FRASCO COM 100 ML. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.09.02	2800981273		UN	R\$ 3,45	R\$ 20,70
06	SOLUCAO OTOLOGICA - POLIMIXIDA B + NEOMICINA + HIDROCORTIZONA / FRASCO COM 10 ML. COM REGISTRO NA ANVISA	30.09.02	2800997460		UN	R\$ 15,48	R\$ 15,48
07	VASELINA SOLIDA - APRESENTAÇÃO NA FORMA DE POMADA EM BISNAGA PARA USO EXTERNO	30.09.02	2800994023		UN	R\$ 0,00	ADQUIRI

	ADULTO E PEDIÁTRICO. EMBALAGEM COM 30 GRAMAS						
08	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO - MATERIAL ANTISSÉPTICO E ANALGÉSICO UTILIZADO INTRACANAL. TENDO NA SUA COMPOSIÇÃO PARAMONOCLOROFENOL, CÂNFORA, ETANOL E ÁGUA PURIFICADA. FRASCO COM 20 ML. COM REGISTRO NA ANVISA	30.09.02800435109			UN	R\$ 9,81	R\$ 9,81
09	RESINA TIPO BULK FILL FLOW - INSERÇÃO DE INCREMENTO DE 4 MM. BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO. CONSISTÊNCIA FLUIDA. COMPOSIÇÃO: CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, UDMA, BISEMA, BISGMA, BENZOTRIAZOL, DIMETACRILATO SUBSTITUÍDA, TEGDMA,	30.10.0070024049			UN	R\$ 0	ADQUIRI

	FLUORETO DE ITÉRBIO. EMBALAGEM COM 2 GRAMAS + 10 PONTAS APLICADORAS. COM REGISTRO NA ANVISA.						
10	IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA FORRAMENTO - IONÔMERO DE VIDRO PARA FORRAMENTO E BASES CAVITÁRIAS, COMPOSTO POR SERINGA COM 2,5G E PONTAS APLICADORAS. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA: VOCO OU SIMILARES COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA	30.10.0007.0406250	70406250	UN	R\$0	ADQUIRI	

10	IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA FORRAMENTO - IONÔMERO DE VIDRO PARA FORRAMENTO E BASES CAVITÁRIAS, COMPOSTO POR SERINGA COM 2,5G E PONTAS APLICADORAS. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA: VOCO OU SIMILARES COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA	30.10.0007.0406250	70406250	UN	R\$0	ADQUIRIR
----	---	--------------------	----------	----	------	----------

11	<p>TRIANCINOLONA ACETONIDA - CORTICOSTERÓIDE SINTÉTICO COM AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA. POMADA BUCAL DE 1MG/G EM EMBALAGEM COM BISNAGA DE 10G. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA</p>	30.10.0000.034473	000034473	TBO	R\$ 4,62	R\$ 4,62
12	<p>UNIVERSAL - SISTEMA ADESIVO DE FRASCO ÚNICO. COM SOLVENTE A BASE DE ETANOL CONFERINDO ELEVADA AFINIDADE PELA DENTINA E ADEQUADA FORMAÇÃO DE CAMADA HÍBRIDA. FRASCO COM 5ML. COM REGISTRO NA ANVISA.</p>	30.10.0000.031135	000031135	UN	R\$ 34,02	R\$ 34,02

	MARCAS DE REFERÊNCIA: 3M, FGM OU SIMILARES.						
13	<p>SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL</p> <p>- MATERIAL: PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE COM PONTEIRAS COLORIDAS, DOBRÁVEL, COM FIO INTERNO DE COBRE OU AÇO ESPECIAL QUE EVITE O EFEITO MEMÓRIA. PACOTE COM 40 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</p>	30.10.00000506292	00000506292	PCT	R\$ 0	ADQUIRI	
	<p>RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A2B</p> <p>- RESINA NANOHIBRIDA COM PARTICULAS VARIANDO DE 100NM</p>						



14	ATÉ 0,6 MICRÔMETRO. EMBALAGEM COM 4 GRAMAS. COM REGISTRO NA ANVISA. MARCAS DE REFERÊNCIA: FORMA, OPALLIS, TETRIC N- CERAM, CHARISMA DIAMOND OU SIMILARES	30.10.00000347968		UN	R\$ 68,86	R\$ 68,86
15	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A1B - RESINA NANOHIBRIDA COM PARTICULAS VARIANDO DE 100NM ATÉ 0,6 MICRÔMETRO. EMBALAGEM COM 4 GRAMAS. COM REGISTRO NA ANVISA. MARCAS DE REFERÊNCIA: FORMA, OPALLIS, TETRIC N- CERAM, CHARISMA DIAMOND OU SIMILARES.	30.10.00000347968		UN	R\$ 0	ADQUIRI
	TESTE DE VITALIDADE PULPAR -					

	SPRAY REFRIGERANTE TEMPERATURA -50°C PARA CONGELAMENTO DE PELLETS E ROLOS DE ALGODÃO PARA ESFRIAR MATERIAIS DE IMPRESSÃO COM						
16	TUBO DE APLICAÇÃO PARA MAIOR PRECISÃO, INODORO E ATÓXICO SEM CFC. EMBALAGEM COM 200 ML. COM REGISTRO NA ANVISA.VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	30.10.0000057284	0000057284	UN	R\$ 0	ADQUIRI	
	PASTA HIDROXIDO DE CALCIO COM IODOFÓRMIO - PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM IODOFÓRMIO PRONTA PARA						



19	0,5 - ROLO COM 0,05 X 5 X500 MILIMETROS. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.0000036145			UN	R\$ 0	ADQUIRI
20	ESPATULAS DE MADEIRA PARA AFASTAMENTO DE LÍNGUA E MUCOSAS - PACOTE COM 100 UNIDADES	30.10.0000038807			PCT	R\$ 5,32	R\$ 21,28
21	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL CURTA - ESTERILIZADAS. TAMANHO 25 MM X 0,3 MM (30G). CONFECCIONADAS EM AÇO ESPECIAL INOXIDÁVEL APIROGÊNICAS. EMBALAGEM COM 100 AGULHAS. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.0000042145			CX	R\$ 0	ADQUIRI
	ANESTESICO INJETAVEL COM VASOCONSTRITOR - LIDOCAINA 2% - CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1 :						

22	100.000. ISENTO DE METILPARABENO. TUBETES DE CRISTAL DE 1,8 ML. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.00000269851			CX	R\$ 135,63	R\$ 271,26
23	APLICADOR DESCARTAVEL MICROBRUSH - CONTENDO NA COMPOSIÇÃO POLIPROPILENO E FIBRAS DE POLIAMIDA. HASTE DOBRÁVEL, EXTRA FINO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.10.00000410559			UN	R\$ 0	ADQUIRI
	KIT IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR - CIMENTO AUTOPOLIMERIZÁVEL A BASE DE IONÔMERO DE VIDRO, COMPOSTO POR VIDRO DE						

24	ALUMINO FLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXILICO, ÁCIDO TARTÁRICO, FLUORETO DE CÁLCIO E ÁGUA. PRODUTO BIOCOMPATÍVEL. TEMPO DE PRESA DE 4 A 6 MIN.COM REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM CONTENDO UM KIT COM 1 FRASCO DE CIMENTO EM PÓ - 10G COR A2, 1 FRASCO LÍQUIDO DE ÁCIDO POLIACRÍLICO - 8G. MARCAS DE REFERÊNCIA: MAXXION, VIDRION R, IONGLASS R OU SIMILARES.	30.10.00000404581	00000404581	KIT	R\$ 0	ADQUIRIR
25	PEDRA POMES - PÓ DE GRANULAÇÃO EXTRAFINA. EMBALAGEM COM 100 GR. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.10.00000233497	00000233497	UN	R\$ 0	ADQUIRIR

26	PÓ DE BICARBONATO DE SÓDIO DE USO ODONTOLÓGICO - GRANULOMETRIA ULTRAFINA. EMBALAGEM CONTENDO 15 SACHES DE 40G CADA. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.00000410918			CX	R\$ 38,00	R\$ 152,00
27	PONTA DIAMANTADA Nº 1014 - EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS; EMBALADA INDIVIDUALMENTE. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.00000410038			UN	R\$ 2,85	R\$ 28,50
	REVELADOR DE PLACA BACTERIANA - COMPOSIÇÃO: CORANTE AZUL, CORANTE VERMELHO, SACARINA SÓDICA, GLICERINA, ÁLCOOL ETÍLICO,						

28	NIPAGIN, NIPASOL, AROMATIZANTE ARTIFICIAL, POLISSORBATO 80 E ÁGUA DESTILADA. FRASCO COM 10 ML COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.00000425848		UN	R\$ 0	ADQUIRI
29	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL - POSSUI 50% EM PESO DE CARGAS INORGÂNICAS. FOTOPOLIMERIZÁVEL. COR MATIZADO. EMBALAGEM COM UMA SERINGA DE 2 GRAMAS E 3 PONTEIRAS DE APLICAÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.00000390778		UN	R\$ 0	ADQUIRI
30	TIRAS DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO - EMBALAGEM CONTENDO 150 UNIDADES, DIMENSÃO DE 4 X 170 MILIMETROS DE	30.10.00000425570		CX	R\$ 11,28	R\$ 33,84



	COMPRIMENTO. COMPOSTA DE GRANULAÇÃO GROSSA - MÉDIA COM CENTRO NEUTRO.COM REGISTRO NA ANVISA.						
31	VERNIZ COM FLUOR - EMBALAGEM CONTENDO: UM FRASCO DE VERNIZ DE 10 ML E UM SOLVENTE DE VERNIZ D	30.10.00000528166			UN	R\$ 20,27	R\$ 81,08
32	KIT POLIMENTO DE RESINA COMPLETO CA - PONTAS DE SILICONE PARA POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA. KIT CONTENDO 12 UNIDADES COM FORMATOS DIVERSOS (TAÇA, DISCO, CHAMA) NAS CORES BRANCA, AMARELA	30.10.00000504902			KIT	R\$ 60,10	R\$ 180,30

	E VERDE						
33	DISCO DE FELTRO PARA POLIMENTO E ACABAMENTO - DISCOS FLEXÍVEIS PARA ENCAIXE EM BAIXA ROTAÇÃO. SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO AO MADRIL. TAMANHOS DIVERSOS ( 8 E 12 MM). EMBALAGEM COM 24 UNIDADES + 1 MANDRIL. COM CERTIFICAÇÃO CE (COMUNIDADE EUROPÉIA).	30.10.00000546173			CX	R\$ 0	ADQUIRI
	PONTA DIAMANTADA Nº 1013 - EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE						

34	NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS; EMBALADA INDIVIDUALMENTE. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.0000052916			UN	R\$ 2,83	R\$ 28,30
35	PONTA DIAMANTADA Nº 2200 - EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS; EMBALADA INDIVIDUALMENTE. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.10.0000053835			UN	R\$ 2,73	R\$ 13,65
	PONTAS DIAMANTADAS GRANA FINA E ULTRAFINA - EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE						

36	NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS. KIT CONTENDO 30.10.00000516898 7 PONTAS SENDO 4 DE GRANULOMETRIA FINA E 3 DE GRANULOMETRIA EXTRAFINA (1190 F, 2135 F, 3118 F, 3195 F, 1190 FF, 3168 FF, 3195 FF). COM REGISTRO NA ANVISA.	30.10.00000516898		KIT	R\$ 46,84	R\$ 93,68
37	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO - RESTAURADOR TEMPORÁRIO PARA CAVIDADES, COM PRESA QUÍMICA, RADIOPACO. CIMENTO A BASE DE OXIDO DE ZINCO, SEM EUGENOL. EMBALAGEM COM 25G. COM REGISTRO NA ANVISA. MARCAS DE REFERÊNCIA: OBTUR	30.10.00000516898		UN	R\$ 7,35	R\$ 7,35

	MAQUIRA, VILLEVIE, LYSANDA OU SIMILARES.						
38	CIMENTO FORRADOR A BASE DE HIDROXIDO DE CALCIO - SEM EUGENOL, BIOCOMPATÍVEL, PRESA RÁPIDA. EMBALAGEM CONTEM 1 BISNAGA DE 13 GRAMAS DE BASE, UMA BISNAGA DE 11 GRAMAS DE CATALISADOR E UM BLOCO DE MISTURA. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.0000	0504562	UN	R\$ 22,65	R\$ 22,65	
39	PASTA PARA POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA - COM PARTÍCULAS ULTRA FINAS DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO. SERINGA	30.10.0000	0549311	UN	R\$ 0	ADQUIRI	

	COM 5 GRAMAS.COM REGISTRO NA ANVISA.						
40	TIRA ABRASIVA DE AÇO - EMBALAGEM COM 12 TIRAS DE 4 MM. COM REGISTRO NA ANVISA	30.10.0000056285			PCT	R\$ 0	ADQUIRI
41	ESCOVA PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAL - FABRICADA EM NYLON MEDICO DE ALTA FLEXIBILIDADE, CABEÇA UNICA, COM CABO ANATÔMICO. COMPRIMENTO TOTAL VARIANDO ENTRE 170 A 178MM, COMPRIMENTO DAS CERDAS DE 28 A 35MM, LARGURA DAS CERDAS 10MM A 12MM E ALTURA	30.10.0000481932			UN	R\$ 0	ADQUIRI
	CINTA PROFILÁTICA						

42	PERFURADA EM AÇO - FITA PERFURADA PARA REMOÇÃO DE TÁRTARO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	30.10.00000607606		PCT	R\$0	ADQUIRI
43	FILME PVC - ROLO COM 30M, ATÓXICO, INODORO ALTAMENTE TRANSPARENTE E BRILHANTE.	30.16.00002340210		UN	R\$ 6,23	R\$ 74,76
44	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - UTILIZADA PARA O FECHAMENTO OU IDENTIFICAÇÃO DE PACOTES DE PAPEL: SMS, TYVEK, PAPEL CREPADO, PAPEL GRAU CIRÚRGICO. COM LISTRAS INDICADORAS QUE PASSOU PELO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR EM	30.16.00002481470		UN	R\$ 0	ADQUIRI

	AUTOCLAVES. TAMANHO: 19MM X 30M. MARCAS DE REFERÊNCIA: CREMER, HOSPFLEX, SSPLUS OU SIMILARES.						
45	SACO PLASTICO 4 X 23 CM - EMBALAGEM COM 1.000 UNIDADES	30.16.00002309430			PCT	R\$ 17,31	R\$ 69,24
46	CAIXA COLETORA DE AGULHA - COMPOSTO DE PAPEL RESISTENTE E SACO PLÁSTICO RESISTENTE. CAPACIDADE PARA 1,5 LITROS. POSSUI ALÇA DUPLA PARA TRANSPORTE. COM REGISTRO NA ANVISA	30.16.0000204162			UN	R\$ 0	ADQUIRI
	LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTOS - LUBRIFICANTE IDEAL PARA A MANUTENÇÃO DOS INSTRUMENTOS						



47	ODONTOLÓGICOS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, INCLUINDO TURBINAS COM ROLAMENTOS DE CERÂMICA, ACESSÓRIOS E CAVITADORES SÔNICOS PNEUMÁTICOS. ÓLEO MINERAL LUBRIFICANTE E AGENTE DE LIMPEZA BACTERICIDA 2 EM 1. NÃO CONTÉM CFC, BUTANO OU PROPANO. EMBALAGEM COM 200 ML. DISPENSA REGISTRO NA ANVISA	30.16.07000256952			UN	R\$ 0	ADQUIRI
48	ÁLCOOL ETÍLICO 70% - HIDRATADO NA CONCENTRAÇÃO DE 70º INPM (70% EM PESO). EMBALAGEM COM 1 LITRO. CONFORME RESOLUÇÃO COLEGIADA - RDC Nº	30.22.2000027545			UN	R\$ 6,24	R\$ 93,60

	576 DE 11/11/2021. ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO COLEGIADA					
49	FLUOR GEL NEUTRO 2% - TIXOTRÓPICO (FLUORETO DE SÓDIO 2%), SEM CORANTES. EMBALAGEM COM 200ML. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS DE REFÊRENCIA: DFL OU SIMILARES.	30.22.2000-0428103	UN	R\$ 0	ADQUIRI	
	DETERGENTE ENZIMÁTICO - AÇÃO BACTERIOSTÁTICA. POSSUIR 4 ENZIMAS. PODER DESENGORDURANTE. UTILIZADO PARA LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADA. DILUIÇÃO DE 1 ML DO					

50	PRODUTO PARA 1.000 ML DE ÁGUA. EMBALAGEM COM 1 LITRO. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	30.22.2000.0128078			UN	R\$ 0	ADQUIRI
51	FIO DENTAL 125 METROS - COMPOSTO POR FIBRAS DE NYLON E ENCERADO, SABOR NEUTRO. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SANIFILL OU SIMILARES COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	30.22.2000.01263470			UN	R\$ 3,60	R\$ 36,00

52	FIO DENTAL - 25 METROS - COMPOSTO POR FIBRAS DE NYLON, ENCERADOS OU NÃO, SABORISADO OU NÃO. EMBALAGEM COM 25 METROS. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.22.20000263474			UN	R\$ 0	ADQUIRI
53	RESTAURADOR PROVISÓRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL - RESTAURADOR PROVISÓRIO FOTOPORIMERIZÁVEL, SEM EUGENOL, COMPOSTO POR DIMETACRILATO, CARGA INORGÂNICA E DIÓXIDO DE SILÍCIO. COMPOSTO POR 2 SERINGAS DE 2G. COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	30.22.200004194548			UN	R\$ 0	ADQUIRI



55	PARA LIXO EMBALO INFECTANTE - 40 LITROS - NA COR BRANCA, 0,04 MICRAS, PESO MINIMO DE 1 KG POR EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO IMPRESSA NO SACO "INFECTANTE HOSPITALAR". ACONDICIONADO CONFORME A PRAXE DO FABRICANTE DE FORMA A GARANTIR A HIGIENE E INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ SEU USO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE	30.22.2000.004563			PCT	R\$ 22,60	R\$ 90,40
	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1,0 % - DESINFETANTE						

56	E ANTISSÉPTICO PARA PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. SOLUÇÃO A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%. EMBALAGEM DE 1 LITRO. REGISTRO NA ANVISA.	30.22.20000237161			UN	R\$ 5,03	R\$ 5,03
57	TOALHA DESCARTÁVEL 45 X 80CM - ROLO - ROLO DE 80M ( 100 TOALHAS) COM TOALHAS DESCARTÁVEIS ULTRA ABSORVENTES, INODORA, HIGIENICA E ATOXICA. UTILIZADA PARA SECAGEM DE INSTRUMENTAL	30.22.20000237161			RL	R\$ 113,46	R\$ 226,92
	PANO MULTIUSO PICOTADO ROLO - ROLO DE TECIDO NÃO TECIDO, COM AGENTE ANTI- BACTÉRIAS, NÃO						

58	SOLTA FIBRA. MEDINDO 30 A 33CM X 300MT, PICOTADO. COR: VERDE OU AZUL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE	30.22.2000-0280847	0280847	RL	R\$ 74,52	R\$ 74,52
	DETERGENTE NEUTRO - EMBALAGEM COM 5 LITROS - LÍQUIDO, CONCENTRADO USO PROFISSIONAL TENSOATIVOS 100% BIODEGRADÁVEL, PARA LIMPEZA DE PISOS, PAREDES E REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS. DENSIDADE MÍNIMA: 1,00					





60	37%. EMBALAGEM CONTENDO TRÊS UNIDADES DE 3 GRAMAS CADA. REGISTRO NA ANVISA.	30.22.20000291582			PCT	R\$ 0	ADQUIRI
61	CREME DENTAL - COM FLÚOR CONTENDO MONOFLUORFOSFATO DE SÓDIO, 1500PPM DE TEOR DE FLÚOR ATIVO MAIS CÁLCIO, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA DE MENTA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BISNAGA PLÁSTICA COM 50 GRAMAS. APROVADO PELA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA). PRODUTO DE 1ª LINHA. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.22.20000291582			UN	R\$ 0	ADQUIRI
	DESINFETANTE PARA UNIDADE						

62	AUXILIAR ODONTOLÓGICA - SOLUÇÃO CONCENTRADA DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO. BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM DE 1 LITRO. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.22.2000021487			UN	R\$ 12,51	R\$ 37,53
63	DETERGENTE PARA LIMPEZA DE AUTOCLAVE - LIMPADOR EXCLUSIVAMENTE DESENVOLVIDO PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE AUTOCLAVES E ESTERILIZADORES. DILUIÇÃO: 100ML EM 2L DE ÁGUA. EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO OU 30G EM PÓ.	30.22.2000021650			UN	R\$ 61,50	R\$ 369,00
	ESCOVA DE DENTE ADULTO - COM CERDAS EXTRA MACIAS - CABEÇA PEQUENA ARREDONDADA						

64	COM NO MINIMO 6000 CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, COMPACTA, CABO ANATÔMICO EM PROLIPROPILENO ATÓXICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL	30.22.20000803497			UN	R\$ 0	ADQUIRI
65	ESCOVA DE DENTE INFANTIL - COM CERDAS EXTRA MACIAS - CABEÇA PEQUENA ARREDONDADA COM DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, COMPACTA, CABO ANATÔMICO EM PROLIPROPILENO	30.22.20000875724			UN	R\$ 0	ADQUIRI

	ATÓXICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL.						
66	ESCOVA DE ROBSON - FABRICADA EM CERDAS DE NYLON ULTRA FLEXÍVEL, CERDAS BRANCAS, COM HASTE PARA CONTRA- ÂNGULO. REGISTRO NA ANVISA	30.22.2000004893			UN	R\$ 0	ADQUIRI
67	FLÚOR EM GEL 1,23% - TIXOTRÓPICO. FLUORETO DE SÓDIO A 1,23%. EMBALAGEM COM 200 ML. REGISTRO NA ANVISA.	30.22.20000438102			UN	R\$ 0	ADQUIRI
68	PASTA PROFILÁTICA - COM FLÚOR. BISNAGA DE 90G. SABOR TUTTI FRUTI. COM REGISTRO NA ANVISA	30.22.2000044931			UN	R\$0	ADQUIRI
	MÁSCARA TRIPLA						

69	PROTEÇÃO - MÁSCARA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, COM TRIPLA CAMADA, NÃO ESTÉRIL, COR BRANCA. CAIXA COM 50 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.28.3000	0738	920	CX	R\$ 6,96	R\$ 208,80
70	TOUCA COM ELÁSTICO - PACOTE COM 100 UNIDADES, SANFONADA E COM ELÁSTICO, GRAMATURA 40, COR BRANCA. PRODUZIDAS A PARTIR DE POLIPROPILENO/TECIDO NÃO	30.28.3000	0728	621	PCT	R\$ 0	ADQUIRI

	TECIDO (TNT). DESCARTÁVEIS, INDIVIDUAIS E DE USO ÚNICO. COM REGISTRO NA ANVIS						
71	LUVAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEL - LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL TRANSPARENTE. PACOTE COM 100 UNIDADES.	30.36.0280098397	280098397	PCT	R\$ 0	ADQUIRI	
72	COMPRESSA DE GAZE - 13 (TREZE) FIOS, NÃO ESTÉREIS, TAMANHO 7,5CM X 7,5CM; HIDRÓFILAS; CONFECCIONADAS EM TECIDO 100% ALGODÃO, ALVEJADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	30.36.0280098820	280098820	PCT	R\$ 21,43	R\$ 107,15	

	COM REGISTRO NA ANVISA. MARCAS DE REFERÊNCIA: CREMER, MB OU SIMILARES COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA						
73	BABADOR DESCARTAVEL - IMPERMEÁVEL; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; 30.36.000801409516 TAMANHO 33 X 47 CM, NÃO ESTÉRIL. COR BRANCA.				PCT	R\$ 15,70	R\$ 157,00
74	ENVELOPE PARA ESTERILIZACAO AUTOSELANTE GRANDE - TAMANHO 190X330MM. PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. POSSUI UMA CAMADA DE FILME PLÁSTICO LAMINADO TRANSPARENTE + PAPEL GRAU CIRÚRGICO BRANCO. ATÓXICO, RESISTÊNCIA MECÂNICA. TINTAS	30.36.000801402391			PCT	R\$ 0	ADQUIRI





76	<p>ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOSELANTE PEQUENO - TAMANHO 55X100MM, PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. POSSUI UMA CAMADA DE FILME PLÁSTICO LAMINADO TRANSPARENTE + PAPEL GRAU CIRÚRGICO BRANCO. ATÓXICO, RESISTÊNCIA MECÂNICA. TINTAS INDICATIVAS PARA ESTERILIZAÇÃO EM VAPOR OU GÁS ÓXIDO DE ETILENO. EMBALAGEM COM 200 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA.</p>	30.36.0000.0000.0000	00000000	00000000	PCT	R\$ 32,80	R\$ 164,00
	<p>INDICADOR BIOLÓGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR - INDICADO PARA CONTROLE BIOLÓGICO DOS</p>						

77	PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO. EMBALAGEM COM 10 AMPOLAS. ISENTO DE REGISTRO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	30.36.02800048997			CX	R\$ 26,23	R\$ 209,84
78	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL NÚMERO 6,5 - LUVA CIRÚRGICA DE LÁTEX ESTÉRIL LUBRIFICADA COM PÓ. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA E ANTIDERRAPANTE. FORMATO ANATÔMICO.ACONDICIONADO CONFORME A PRAXE DO FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A HIGIENE E INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO.COM REGISTRO NA ANVISA	30.36.0280138410			UN	R\$ 1,31	R\$ 13,10
	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO						

79	CIRÚRGICOS EXTRA PEQUENA - EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES (50 PARES), AMBIDESTRA, SUPERFÍCIE LISA, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL (LÁTEX) COM PÓ BIOABSORVÍVEL. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.36.02000019857	2800019857		CX	R\$ 0	ADQUIRIDO
80	ROLETE DE ALGODÃO - HIDRÓFILO; EMBALAGEM COM 100 ROLETES; CONFECCIONADOS EM 100% ALGODÃO, PODENDO OU NÃO SER ESTÉREIS, PODENDO SER RÍGIDOS OU MACIOS. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.36.0200007961	280007961		PCT	R\$ 0	ADQUIRIDO
	CUNHA DE MADEIRA						

81	- EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, CUNHA ANATÔMICA DE MADEIRA.COM REGISTRO NA ANVISA	30.36.0200138641	280138641		PCT	R\$ 7,71	R\$ 15,42
82	FIO DE SUTURA 4.0 - NYLON - CONFECCIONADO EM NYLON NÃO ABSORVÍVEL DE ORIGEM SINTÉTICA, COM AGULHA ½ CT - 1,5CM, COMPRIMENTO DO FIO DE 45 CM, ESTÉRIL. EMBALAGEM COM 24 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SHALON, PROCARE, TECHNOFIO OU SIMILARES.	30.36.0200138641	280138641	56	CX	R\$ 0	ADQUIRI
	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA - MATERIAL CURATIVO						

83	INTRACANAL / CONTENDO NA SUA COMPOSIÇÃO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. EMBALAGEM COM 10 GRAMAS. REGISTRO NA ANVISA	30.36.0000.0000.0000	02801404585	UN	R\$ 0	ADQUIRI
84	SERINGA DESCARTÁVEL - PARA IRRIGAÇÃO COM AGULHA - 5ML / CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ESTÉREIS, MILIMETRADA, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO. CAPACIDADE DE 5ML. COM REGISTRO NA ANVISA.	30.36.0000.0000.0000	02801016898	UN	R\$ 0,34	R\$ 3,40
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>						<b>R\$ 4.121,19</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, **uma vez que os padrões de desempenho e qualidade dos itens a serem adquiridos podem ser definidos de forma objetiva através de especificações usuais de mercado.**

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos se justificam pela necessidade de modernizar e aprimorar o atendimento no consultório odontológico. Esses equipamentos são essenciais para a realização de procedimentos de limpeza, profilaxia e restauração, garantindo eficácia e segurança no tratamento dos pacientes. O ultrassom e o jato de bicarbonato permitem uma limpeza mais eficiente, enquanto as pontas de ultrassom e a capa protetora asseguram a durabilidade e a higiene dos instrumentos. Esses equipamentos são fundamentais para a realização das campanhas de prevenção voltadas para adultos e crianças. Nosso equipamento atual está obsoleto, não apresentando o desempenho desejado para um tratamento eficaz. O fotopolimerizador é crucial para garantir a polimerização adequada dos materiais restauradores, e o laser de baixa potência oferece uma abordagem avançada para tratamentos de dor e cicatrização, promovendo um atendimento menos invasivo e mais confortável. Investir nesses aparelhos é um passo decisivo para proporcionar um atendimento de excelência, promover a saúde bucal e garantir o bem-estar dos beneficiários do programa. Com equipamentos atualizados, podemos elevar a qualidade do serviço prestado e impactar positivamente a saúde dos beneficiários do programa.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo consiste na aquisição dos equipamentos para suprir as necessidades do consultório odontológico da Justiça Federal de Goiânia.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa contratada deverá entregar os materiais e medicamentos odontológicos devidamente acondicionados em embalagens adequadas, com o menor volume possível, que utilize material reciclável e que garanta a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, atendendo, assim, aos critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos dos [Sistemas de Catalogação de Material \(CATMAT\) e de Serviços \(CATSER\)](#); do art. 1º da Portaria PRESI - 10721632, de 2020; da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal.

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir:

4.3.1. Os custos suportados pela Administração para a obtenção do objeto é de pequena monta, não se demonstrando necessária garantia para assegurar danos de grande impacto em caso de inexecução do objeto;

4.3.2. Em caso de aplicação de multa, o valor devido poderá ser cobrado por meios de outros mecanismos legais;

4.3.3. Somando às justificativas acima elencadas, a exigência de garantia se mostra como uma obrigação que poderá onerar o valor final obtido no valor proposto pelo fornecedor, tendo em vista que o fornecimento das modalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 gera custo para a empresa.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **20 (vinte) dias corridos**, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua 19 nº 244 – Setor Central Prédio da Justiça Federal - CEP 74030-090 CNPJ: 05.439.950/0001-330

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), **ou aquele oferecido pelo fabricante se maior.**

## 6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, **de acordo com os termos estabelecidos neste Termo** e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal **da contratação**, ou pelos respectivos substitutos.

6.5. O fiscal **da contratação** acompanhará a execução **da contratação**, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas **neste Termo**, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. O fiscal **da contratação** anotarà no histórico de gerenciamento **da contratação** todas as ocorrências relacionadas à execução **da contratação**, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal **da contratação** emitirá notificações para a correção da execução **da contratação**, determinando prazo para a correção.



6.8. O fiscal **da contratação** verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9. A fiscalização de que trata **este item** não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.10. **A fiscalização deverá ainda:**

6.10.1. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10.2. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.3. enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como

nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinzex) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **(10) dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao **cancelamento da nota de empenho** nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo **cancelamento da nota de empenho**, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **11/09/2025**.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.33. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.34. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. **75**, inciso **II**, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: O valor estimado da despesa a enquadra na modalidade **Dispensa de Licitação**, a ser realizada preferencialmente por **Dispensa eletrônica**, devido a atualização dos valores estabelecidos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**



9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13.1. Para o caso de pessoa física, informamos que o valor relativo a 20% da Seguridade Social é de **R\$ 2.220,47 (dois mil duzentos e vinte reais e quarenta e sete centavos)**, conforme inciso III, do artigo 5º, da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 116/2021](#).

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 3.028,41 (três mil e vinte e oito reais e quarenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através da Classificação Funcional Programática 02061003342570001 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0000 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Despesas Diversas, Categoria Econômica 3, Natureza da Despesa 3.3.90.30 (Material de Consumo).

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. INFORMAÇÕES**

13.1. As dúvidas e informações acerca do processo de adjudicação dos serviços devem ser dirimidas pelo e-mail: [selit.go@trf1.jus.br](mailto:selit.go@trf1.jus.br)

13.2. As dúvidas, informações e especificações acerca do objeto da contratação devem ser dirimidas pelo e-mail: [nubego@trf1.jus.br](mailto:nubego@trf1.jus.br)

## **Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade da minuta de Termo de Referência**

Responsável pela elaboração: Rachel Barbo de Siqueira Andrade

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: Jougla da Silva Maciel

## **ANEXO I**

### **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

## **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **5 dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada,

por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 dias**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

- 4.1.9. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do prazo fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e

cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiás, Seção Judiciária de Goiânia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

## ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, \_\_\_\_\_  
declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20....

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **Marta Magalinski, Técnico Judiciário**, em 28/04/2026, às 14:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25002245** e o código CRC **2032116D**.

---

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - [www.trf1.jus.br/sjgo/](http://www.trf1.jus.br/sjgo/)  
0005090-22.2024.4.01.8006

25002245v4